



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
INSTITUTO DE QUÍMICA-CCET  
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM QUÍMICA -PROFQUI

# **PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM QUÍMICA-PROFQUI**

1

## **MESTRADO PROFISSIONAL EM REDE NACIONAL**

### **REGIMENTO NO ÂMBITO DA UFRN**

## Sumário

TÍTULO I - DA APRESENTAÇÃO E DO OBJETIVO.....	4
TÍTULO II - DA ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA.....	4
CAPÍTULO I - DA COORDENAÇÃO .....	4
Seção I - Da gestão .....	4
Seção II - Da composição do colegiado .....	4
Seção III - Das Competências do Colegiado .....	5
CAPÍTULO II - DA COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA .....	6
Seção I - Das Disposições Gerais .....	6
Seção II - Das Competências do Coordenador .....	6
Seção III - Da Secretaria Geral .....	7
TÍTULO III – DO REGIME ACADÊMICO .....	8
CAPÍTULO I – DA ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA.....	8
Seção I - Das Disposições Gerais .....	8
Seção II - Dos Docentes Permanentes.....	9
Seção III - Dos docentes colaboradores e visitantes .....	10
TÍTULO IV - DA ESTRUTURA ACADÊMICA.....	10
CAPÍTULO I – SOBRE OS PRAZOS DO CURSO.....	10
Seção I - Das disposições gerais .....	10
Seção II - Das vagas, inscrição e seleção .....	10
Seção III - Da matrícula.....	11
CAPÍTULO II – DA ESTRUTURA CURRICULAR.....	12
Seção I - Dos componentes curriculares .....	12
Seção II - Do exame de proficiência .....	12
Seção III - Do projeto de pesquisa.....	13
Seção IV - Sobre a frequência e aproveitamento dos componentes curriculares.....	13
Seção V - Do trancamento de componentes curriculares.....	14
Seção VI - Sobre o desligamento do curso .....	15
CAPÍTULO III - CORPO DISCENTE .....	15
Seção I - Disposições gerais.....	15

Seção II - Dos alunos especiais .....	16
Seção III - Sobre Docência Assistida .....	16
TÍTULO V - DA TITULAÇÃO ACADÊMICA.....	17
CAPÍTULO I - OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE .....	17
Seção I - Dos Exames de qualificação .....	17
Seção II - Do trabalho de conclusão .....	17
Seção III - Homologação do trabalho de conclusão .....	19
Seção IV - Da obtenção do grau acadêmico e diploma .....	19
TÍTULO VI - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	20

## TÍTULO I - DA APRESENTAÇÃO E DO OBJETIVO

**Art. 1º.** O Programa de Mestrado Profissional em Química (PROFQUI) *stricto sensu*, em rede nacional, tendo a Universidade Federal do Rio Grande do Norte como instituição associada, está organizado no nível de Mestrado, na modalidade Profissional e na área de concentração: Química.

**Art. 2º.** O Programa de Mestrado Profissional em Química (PROFQUI) *stricto sensu*, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, tem como objetivo proporcionar ao professor de Química do Ensino Básico formação Química aprofundada e relevante ao exercício da docência.

## TÍTULO II - DA ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA

### CAPÍTULO I - DA COORDENAÇÃO

#### Seção I - Da gestão

**Art. 3º.** A Administração do Programa de Mestrado Profissional em Química (PROFQUI) *stricto sensu*, no âmbito da UFRN, se efetivará através de:

- a) Órgão Deliberativo: Colegiado do Programa;
- b) Órgão Executivo: Coordenação do Programa;
- c) Secretaria Geral

#### Seção II - Da composição do colegiado

**Art. 4º.** O Colegiado do PROFQUI/UFRN terá a seguinte composição:

I – Coordenador(a) como Presidente e vice coordenador(a) como Vice-Presidente;

II – todos os docentes credenciados como permanentes e colaboradores, integrantes do quadro de pessoal da Universidade;

III – representantes do corpo discente, eleitos pelos alunos regulares, na proporção definida pelo Regimento Geral da UFRN.

§ 1º. A representação discente será escolhida pelos seus pares para um mandato de um ano, permitida a recondução por mais um mandato.

§ 2º. No mesmo processo de escolha a que se refere o § 1º, serão eleitos suplentes que substituirão os membros titulares nos casos de ausência, impedimentos ou vacância.

**Art. 5º.** O Colegiado terá reuniões ordinárias e reuniões extraordinárias, por convocação do(a) Coordenador(a) ou mediante solicitação expressa de, pelo menos, um terço de seus membros, com a antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas.

§ 1º. O Colegiado somente se reunirá com a maioria simples de seus membros e deliberará pelos votos da maioria simples dos (as) presentes à reunião.

§ 2º. O(a) Presidente, além do voto comum, em caso de empate terá também o voto de qualidade.

### Seção III - Das Competências do Colegiado

**Art. 6º.** Compete ao Colegiado:

I – exercer a supervisão didática do curso que compõe o programa, bem como propor medidas e providências visando à melhoria do ensino ministrado;

II – aprovar a lista de oferta de disciplinas do curso e seus respectivos professores, para cada período letivo;

III – avaliar as disciplinas do currículo, sugerindo modificações, quando necessário, inclusive quanto a número de créditos e critérios de avaliação;

IV – apreciar e sugerir, quando necessário, nomes de professores para orientar e/ou co-orientar projetos de mestrado;

V – aprovar nomes de examinadores que constituam bancas de julgamento de exame de qualificação e de defesa de dissertação de mestrado;

VI – aprovar o desligamento de alunos, nos casos previstos neste regimento;

VII – opinar sobre qualquer assunto de ordem acadêmica que lhe seja submetido pelo coordenador do programa;

VIII – havendo necessidade, propor alterações no regimento do programa e, após aprovação, encaminhá-lo para apreciação da Comissão de Pós-Graduação e aprovação final do CONSEPE;

IX – analisar e decidir acerca da proposta de distribuição de bolsas de estudos elaborada pela comissão de bolsas do programa, a qual terá, na sua constituição, além do coordenador, o mínimo de um representante do corpo docente e um representante do corpo discente;

X – aprovar o credenciamento, descredenciamento, além do enquadramento de docentes como permanentes ou colaboradores, de acordo com os critérios estabelecidos pelo programa e parâmetros da área de conhecimento;

XI – analisar e deliberar sobre as solicitações de prorrogação para o prazo de conclusão do curso;

XII – zelar pelo cumprimento do Regimento Interno do Programa, julgando os processos acadêmicos de acordo com o respectivo regimento.

## CAPÍTULO II - DA COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

### Seção I - Das Disposições Gerais

**Art. 7º.** A coordenação administrativa do PROFQUI/UFRN será exercida por um coordenador e um vice coordenador eleitos por eleição direta pelo corpo docente e discente, e nomeados pelo Reitor da UFRN, por meio de portaria, com mandato de 2 (dois) anos.

Parágrafo único - O(a) Coordenador(a) e o(a) vice coordenador(a) poderão ser reconduzidos(as) por mais um mandato.

**Art. 8º.** O vice coordenador substituirá o Coordenador nas suas faltas e nos seus impedimentos e completará o seu mandato em caso de vacância.

§ 1º - Nos impedimentos simultâneos do Coordenador e do Vice Coordenador, assumirá a coordenação do Programa o membro mais antigo do corpo docente no magistério da UFRN.

§ 2º - Nos casos em que a vacância ocorra antes da primeira metade do mandato, será eleito novo vice coordenador pelo Colegiado o qual acompanhará o mandato do titular.

§ 3º - Nos casos em que a vacância ocorra depois da primeira metade do mandato, o Colegiado do programa indicará um vice coordenador para completar o mandato.

### Seção II - Das Competências do Coordenador

**Art. 9º.** Caberá ao coordenador do PROFQUI/UFRN:

I – responder pela Coordenação e representar o Colegiado do programa;

II – convocar e presidir as reuniões do Colegiado do programa;

III – submeter ao Colegiado do programa, o plano das atividades a serem desenvolvidas em cada período letivo, que deverá incluir a lista de disciplinas oferecidas, e, após aprovação, registrá-lo no sistema oficial de registro e controle acadêmico;

IV – cumprir e fazer cumprir as deliberações do Colegiado do programa e dos órgãos da administração superior da universidade;

V – tomar providências no sentido de serem cumpridas as disposições do Estatuto e do Regimento Geral da UFRN, do regimento do centro acadêmico ao qual o programa esteja vinculado, e do Regimento do Programa em Rede e do Regimento no âmbito da UFRN;

VI – submeter ao Colegiado os programas de adaptação e os processos de aproveitamento de estudos;

VII – elaborar e coordenar a execução de plano de ações quadrienal;

VIII – elaborar relatório anual das atividades do programa para envio a CAPES através da Pró-Reitoria de Pós-Graduação;

XI – submeter ao Colegiado do programa os nomes dos membros de bancas examinadoras para exames de qualificação e para defesas de dissertação, ouvido o orientador do aluno;

XI – adotar, quando necessário, medidas que se imponham em nome do Colegiado do programa, submetendo-as à homologação pelo mesmo na primeira reunião subsequente.

### Seção III - Da Secretaria Geral

**Art. 10º.** A Secretaria Geral, órgão coordenador e executor dos serviços administrativos e técnicos, que apoiam as atividades da Coordenação do Programa, estará incumbida de:

I – superintender os serviços rotineiros do Programa e outros que lhes sejam atribuídos pelo(a) Coordenador(a)

II – manter em dia os assentamentos de todo o pessoal docente, discente e técnico-administrativo;

III – receber e encaminhar documentos e solicitações.

## TÍTULO III - DO REGIME ACADÊMICO

### CAPÍTULO I – DA ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA

#### Seção I - Das Disposições Gerais

8

**Art. 11º.** O corpo docente do PROFQUI/UFRN será constituído por professores portadores do título de Doutor com comprovada qualificação e produção científica e tecnológica na área de Química, credenciados pelo Colegiado do Programa, de acordo com Resolução Normativa específica. Para os fins de credenciamento junto ao PROFQUI/UFRN, os docentes serão classificados como: Permanentes; Colaboradores; Visitantes.

I – *docentes permanentes*, constituindo o núcleo principal do corpo de docentes do Programa com, no mínimo, 70% dos docentes;

II – *docentes visitantes*,

III – *docentes colaboradores*, constituindo no máximo de 30% do corpo docente.

§ 1º - É admitida a participação como *docente permanente* da mesma instituição ou de Instituições diferentes.

**Art. 12º.** Durante todo o curso, o pós-graduando será supervisionado por um orientador, o qual poderá ser substituído, caso seja do interesse de uma das partes.

§ 1º - A substituição do orientador requer homologação pelo Colegiado do Programa.

§ 2º - Considerada a natureza da dissertação de mestrado profissional, o orientador, em comum acordo com o pós-graduando, poderá indicar um co-orientador, com a aprovação do Colegiado do programa.

§ 3º - Em caso de descredenciamento do orientador, este poderá manter a orientação dos alunos sob sua responsabilidade até a conclusão e defesa da dissertação.

**Art. 13º.** Compete aos professores orientadores e co-orientadores:

I – supervisionar o pós-graduando na organização do seu plano de curso e assisti-lo em sua formação;

II – propor ao pós-graduando, se necessário, a realização de cursos ou estágios paralelos;



III – assistir ao pós-graduando no desenvolvimento do seu projeto de pesquisa e na elaboração da dissertação de mestrado com o produto educacional correspondente.

**Art. 14º.** O credenciamento e descredenciamento de docentes seguirá resolução específica do PROFQUI/UFRN. Ele será realizado por meio de edital específico e haverá uma comissão de credenciamento designada para este fim.

## Seção II - Dos Docentes Permanentes

**Art. 15º.** Serão credenciados como docentes permanentes os professores que irão atuar no PROFQUI/UFRN, constituindo o núcleo estável de docentes, e que atendam aos seguintes requisitos:

I – integrar o quadro de pessoal efetivo da Universidade, em regime de dedicação exclusiva;

II – desenvolver, com regularidade, atividades de ensino na graduação e na pós-graduação;

III – participar de projetos de pesquisa junto ao Programa;

IV – apresentar regularidade e qualidade na produção intelectual de acordo com os critérios da área e a respectiva nota do programa junto a CAPES;

V – desenvolver atividades de orientação.

**Art. 16º.** Em casos especiais e devidamente justificados, docentes não integrantes do quadro de pessoal da UFRN que vierem a colaborar nas atividades de pesquisa, ensino e orientação junto ao programa de pós-graduação, poderão ser credenciados como permanentes, nas seguintes situações:

I – docentes e pesquisadores integrantes do quadro de pessoal de outras instituições de ensino superior ou de pesquisa, mediante a formalização de convênio com a instituição de origem, por um período determinado;

II – docentes que, mediante a formalização de termo de adesão, vierem a prestar serviço voluntário na Universidade, nos termos da legislação pertinente;

III – professores visitantes, contratados pela UFRN por tempo determinado para atender às necessidades temporárias de excepcional interesse público, de acordo com legislação vigente;

IV – pesquisadores bolsistas das agências de fomento vinculados ao programa por meio de projetos específicos, de acordo com o PNPD ou programas similares.

Instituto de Química- Campus Universitário – Lagoa Nova - 58078-970 – NATAL / RN

<http://www.posgraduacao.ufrn.br/PROFQUI> - E-MAIL: profqui.ufrn@quimica.ufrn.br

Telefone/fax: (84) 3211-9224

V – na qualidade de professor ou pesquisador aposentado, que tenham firmado com a UFRN termo de compromisso de participação como docente do Programa.

### Seção III - Dos docentes colaboradores e visitantes

**Art. 17º.** Serão credenciados como docentes colaboradores os professores ou pesquisadores que irão contribuir para o programa de forma complementar ou eventual e que não preencham todos os requisitos estabelecidos para a classificação como permanentes.

**Art. 18º.** Serão credenciados como docentes visitantes os professores vinculados a outras instituições de ensino superior ou de pesquisa, no Brasil ou no exterior, que irão permanecer na UFRN à disposição do PROFQUI, em dedicação exclusiva, durante um período contínuo desenvolvendo atividades de ensino e/ou de pesquisa.

**Parágrafo único.** A atuação de docentes visitantes no PROFQUI poderá ser viabilizada mediante convênio entre a UFRN e a instituição de origem do docente ou mediante bolsa concedida para esta finalidade por agências de fomento.

## TÍTULO IV - DA ESTRUTURA ACADÊMICA

### CAPÍTULO I - SOBRE OS PRAZOS DO CURSO

#### Seção I - Das disposições gerais

**Art. 19º.** O curso de mestrado PROFQUI terá a duração máxima de **vinte e quatro (24)** meses conforme legislação do CONSEPE-UFRN.

§ 1º. Excepcionalmente, por solicitação justificada do aluno com anuência do professor orientador, os prazos a que se refere o *caput* deste artigo poderão **ser prorrogados por seis (6) meses** para fins de conclusão do curso, totalizando **30 meses**, mediante decisão do Colegiado, desde que não interfira na média de conclusão do ano corrente.

§ 2º. Da decisão do Colegiado a que se refere o §1º, caberá recurso ao Conselho da PPG.

#### Seção II - Das vagas, inscrição e seleção

**Art. 20º.** O número de vagas será fixado em edital nacional e aprovado pelo colegiado do programa, a cada processo seletivo, observando-se:

- I – o número de orientadores disponíveis;
- II – as atividades de pesquisa do programa;

III – os recursos financeiros disponíveis;

IV – disponibilidade de infraestrutura;

V – relação número de alunos por orientador, estabelecida pela CAPES;

VI – fluxo de entrada e saída de alunos.

§ 1º - O colegiado estabelecerá o número máximo de orientandos por docente, observando-se os critérios da área de conhecimento segundo a CAPES.

§ 2º - O colegiado estabelecerá vagas adicionais no processo seletivo de um mínimo de 10% (dez por cento) das vagas para servidores da UFRN, observando a capacidade de orientação do programa.

**Art. 21º.** As inscrições no processo seletivo serão realizadas obedecendo ao edital nacional, anualmente divulgado e disponibilizado no site nacional do Programa, após aprovação da rede.

**Art. 22º.** Documentos a serem apresentados no ato da inscrição, assim como nas distintas etapas do processo serão especificados no edital nacional.

§ 1º - A aceitação de diplomados por instituição de nível superior estrangeira dependerá de aprovação pelo colegiado do programa, observados o histórico escolar do candidato e a legislação em vigor.

**Art. 23º.** Será designada, pelo colegiado do PROFQUI/UFRN, uma comissão que deverá elaborar critérios para o processo de seleção. Tais procedimentos deverão ser aprovados pelo colegiado.

### Seção III - Da matrícula

**Art. 24º.** Os documentos necessários para matrícula no PROFQUI são especificados em Edital nacional.

**Art. 25º.** Será assegurada a matrícula aos candidatos aprovados no processo seletivo, pela ordem de classificação, obedecido o limite de vagas oferecidas.

**Art. 26º.** O pós-graduando deverá matricular-se regularmente em todos os semestres até a obtenção da titulação. Caso contrário será considerado abandono de curso e será automaticamente desligado do PROFQUI/UFRN.

## CAPÍTULO II - DA ESTRUTURA CURRICULAR

### Seção I - Dos componentes curriculares

**Art. 27º.** A estrutura acadêmica do PROFQUI prevê um mínimo de 720 horas de atividades didáticas e de pesquisa, nos quais estão incluídas as disciplinas obrigatórias e a Dissertação de Mestrado.

§ 1º As disciplinas serão ministradas em regime semipresencial ou presencial, em nível local ou nacional, conforme estabelecido pelo PROFQUI.

§ 2º As descrições, ementas e bibliografias das disciplinas estarão discriminadas no site do sistema acadêmico da UFRN ([www.sigaa.ufrn.br](http://www.sigaa.ufrn.br)).

§ 3º - As atividades de exame de proficiência em língua estrangeira, exame de qualificação de Trabalho de Conclusão de Curso e defesa de Trabalho de Conclusão de Curso, ainda que não lhes sejam atribuídos créditos, são componentes curriculares obrigatórios.

§ 4º - No ato da matrícula na atividade defesa de Trabalho de Conclusão de Curso, o pós-graduando deverá ter Coeficiente de Rendimento (CR) igual ou superior a 3,5.

**Art. 28º.** O pós-graduando que cumprir a quantidade mínima de créditos, mas não defender o Trabalho de Conclusão de Curso no prazo previsto no curso ou for reprovado na defesa do Trabalho de Conclusão do Curso, não poderá requerer certificado de *Especialização em Química*.

### Seção II - Do exame de proficiência

**Art. 29º.** Todo pós-graduando regularmente matriculado será submetido ao exame de proficiência em língua estrangeira a partir do 1º semestre como aluno do programa.

§ 1º - O pós-graduando que não participar do exame de proficiência em língua estrangeira no 1º semestre ou que for reprovado no mesmo, terá direito de realizá-lo no semestre subsequente.

§ 2º - O pós-graduando que não conseguir aprovação no exame de proficiência em língua estrangeira, no máximo até o terceiro semestre (um ano e meio) e antes do exame de qualificação, será desligado do PROFQUI/UFRN..

§ 3º - A nota mínima para aprovação no exame de proficiência em língua estrangeira é 5,0 (cinco).

**Art. 30º.** O exame de proficiência em língua estrangeira poderá ser realizado por qualquer IES brasileira.

Instituto de Química- Campus Universitário – Lagoa Nova - 58078-970 – NATAL / RN

<http://www.posgraduacao.ufrn.br/PROFQUI> - E-MAIL: [profqui.ufrn@quimica.ufrn.br](mailto:profqui.ufrn@quimica.ufrn.br)

Telefone/fax: (84) 3211-9224

§ 1º - Os idiomas aceitos na proficiência em língua estrangeira podem ser inglês ou espanhol.

§ 2º - É de responsabilidade do pós-graduando encaminhar a Secretaria do PROFQUI/UFRN a comprovação da aprovação na proficiência em língua estrangeira no prazo de 30 dias.

§ 3º - O exame de proficiência será dispensado no caso do idioma estrangeiro aceito ser a língua materna do pós-graduando.

### Seção III - Do projeto de pesquisa

**Art. 31º.** O pós-graduando deve apresentar e ter seu projeto de pesquisa aprovado por uma banca de examinadores até o final do segundo semestre letivo, sob pena de desligamento do programa.

§ 1º - A banca de examinadores do projeto de pesquisa é composta pelo orientador (presidente) e mais dois docentes vinculados a um programa de pós-graduação, sendo pelo menos um deles do quadro de docentes do PROFQUI.

§ 2º - O projeto deve especificar o título do trabalho, ainda que provisório, o problema de pesquisa, os objetivos a serem atingidos, a justificativa, o referencial teórico, a metodologia, a bibliografia básica, o cronograma, a proposta de produto educacional e outras informações necessárias para o seu completo entendimento.

§ 3º - Fica a cargo do pós-graduando entregar a ata de apresentação, assinada por ele próprio, pelo orientador e demais membros da banca examinadora, na secretaria do programa.

§ 4º - O colegiado, no início do terceiro semestre letivo, deverá deliberar sobre a exclusão dos pós-graduandos que não apresentaram ou não foram aprovados no projeto pesquisa até o final do segundo semestre letivo.

### Seção IV - Sobre a frequência e aproveitamento dos componentes curriculares

**Art. 32º.** A frequência às atividades presenciais do PROFQUI será obrigatória, sendo necessário um comparecimento de no mínimo 75% do total programado.

Art. 33º. O aproveitamento em cada disciplina e/ou atividade do PROFQUI será avaliado por meio de provas, exames, projetos e trabalhos, expressando-se os resultados em níveis de acordo com os seguintes conceitos:

I – A (Muito Bom);

II – B (Bom);

III – C (Regular);

IV – D (Insuficiente);

V – E (Reprovado por faltas).

§1º - Para cálculo do coeficiente de rendimento (CR), os conceitos A, B, C, D e E serão convertidos, respectivamente, nos seguintes valores numéricos ( $N_i$ ): 5, 4, 3, 2 e 1 e aplicados à fórmula abaixo, sendo  $C_i$  o número de horas do componente i:

$$CR = \frac{\sum (N_i \times C_i)}{\sum C_i}$$

§ 2º - Será considerado aprovado no componente o aluno que apresentar frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) e conceito igual ou superior a “C”.

§ 3º - O registro do cumprimento de componentes do tipo atividade será realizado sem a atribuição de conceito, indicando apenas a situação de aprovação ou reprovação.

**Art. 34º.** O colegiado poderá deferir o aproveitamento de carga horária de componentes obtida em cursos de Pós-Graduação da UFRN ou de outras instituições nacionais ou estrangeiras, de conformidade com o regimento do programa.

#### Seção V - Do trancamento de componentes curriculares

**Art. 35º.** O pós-graduando poderá solicitar trancamento de matrícula de um ou mais componentes curriculares, desde que ainda não tenha transcorrido metade da carga horária total prevista para o respectivo componente e com a concordância do seu orientador.

**Parágrafo único.** O trancamento de todos os componentes curriculares em que o pós-graduando estiver matriculado será considerado desligamento do programa.

**Art. 36º.** No caso de parto ocorrido durante o prazo regulamentar do curso, formalmente comunicado à Coordenação, a aluna poderá prorrogar o prazo máximo regulamentar de duração do curso por até 04 (quatro) meses.

**Art. 37º.** Nos casos de afastamentos em razão de doença que impeça o pós-graduando de participar das atividades do curso, os prazos a que se refere o regimento poderão ser suspensos, mediante solicitação do aluno, devidamente comprovada por atestado médico referendado pela Junta Médica da Universidade.

**Parágrafo único** – Aplica-se o disposto neste artigo aos afastamentos em razão de maternidade e aleitamento.

### Seção VI - Sobre o desligamento do curso

**Art. 38º.** O pós-graduando será desligado do PROFQUI/UFRN nas seguintes situações:

- a) quando tiver 02 (duas) reprovações em disciplinas;
- b) quando exceder o prazo de conclusão do curso;
- c) não aprovação no exame de proficiência de língua estrangeira no prazo máximo;
- d) reprovação na apresentação do projeto de pesquisa;
- e) reprovação no exame de qualificação;
- f-) quando tiver 02 (duas) reprovações no Exame Nacional de Conhecimentos;
- g-) quando não estiver regularmente matriculado, caracterizando abandono de curso;
- h-) em qualquer fase de elaboração da dissertação, o pós-graduando será desligado se for verificada a ocorrência de plágio, conforme disposto na legislação vigente;
- i-) cometer falta grave de natureza ética, regida pelos seguintes procedimentos:

§ 1º – Será instaurada uma comissão especial, escolhida pelo colegiado do PROFQUI/UFRN, para analisar o processo, reservando-se ao pós-graduando amplo direito de defesa.

§ 2º – Caso o parecer da comissão especial seja pela exclusão do pós-graduando, o mesmo deverá ser apreciado pelo colegiado e, se efetivará somente no caso de ser aprovado por um quórum mínimo de dois terços dos membros deste órgão.

## CAPÍTULO III – CORPO DISCENTE



### Seção I- Disposições gerais

**Art. 39º.** O corpo discente é constituído pelos alunos do PROFQUI/UFRN estruturado em duas categorias:

I – alunos regulares;

II – alunos especiais.

§ 1º - São alunos regulares os matriculados no PROFQUI após aprovação em processo seletivo.

§ 2º - São alunos especiais, os portadores de diploma de nível superior inscritos em componentes curriculares do PROFQUI, de acordo com resolução específica.

**Art. 40º.** Os alunos regulares do corpo discente tem representação no colegiado do programa, com direito a voz e a voto, na forma definida pelo Regimento da UFRN.

### Seção II - Dos alunos especiais

**Art. 41º.** O PROFQUI/UFRN poderá aceitar a admissão de alunos especiais em disciplinas do programa, dependendo da aceitação do professor da referida disciplina naquele semestre em que o aluno pleitear a condição de *aluno especial*.

§ 1º - A inscrição em componentes curriculares, na qualidade de aluno especial, não assegura direito mudança para a categoria de aluno regular sem aprovação em processo seletivo;

§ 2º - O aluno só poderá se matricular na condição de especial em duas disciplinas, sendo uma por semestre.

§ 3º - A reprovação em disciplina na condição de aluno especial impossibilitará que o estudante venha ser aceito novamente em tal condição, seja na mesma ou em outra disciplina do PROFQUI/UFRN.

**Art. 42º.** É facultada aos alunos regularmente matriculados em cursos de Pós-graduação da UFRN ou em instituições congêneres, a inscrição em disciplinas isoladas do PROFQUI/UFRN, na condição de alunos especiais.

### Seção III - Sobre Docência Assistida

**Art. 43º.** A docência assistida é regulamentada através de resolução específica.

**Parágrafo único.** Entende-se por docência assistida a atuação do aluno de pós-graduação

Instituto de Química- Campus Universitário – Lagoa Nova - 58078-970 – NATAL / RN

<http://www.posgraduacao.ufrn.br/PROFQUI> - E-MAIL: profqui.ufrn@quimica.ufrn.br

Telefone/fax: (84) 3211-9224



em atividades acadêmicas na graduação sob a supervisão direta de professor do quadro efetivo da UFRN, como parte do processo de formação para a docência.

## TÍTULO V - DA TITULAÇÃO ACADÊMICA

### CAPÍTULO I – OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE

17

#### Seção I - Dos Exames de qualificação

**Art. 44º.** O pós-graduando deverá ser aprovado em exame nacional de conhecimentos e em exame de qualificação até o final do terceiro semestre letivo em que estiver matriculado.

**Art. 45º.** O Exame de Qualificação deverá ser requerido pelo pós-graduando somente após aprovação no exame de proficiência, **aprovação do Projeto de Pesquisa** e integralização dos créditos exigidos pelo Programa nos dois primeiros semestres letivos.

**Art. 46º.** A banca examinadora será composta de pelo menos 3 (três) docentes titulares, sendo um deles o orientador, além de 1 (um) docente suplente, todos portadores, no mínimo, do título de Doutor.

**Art. 47º.** O exame de qualificação se processará publicamente, devendo seu resultado final ser APROVADO ou REPROVADO.

**Art. 48º.** Cabe ao pós-graduando entregar na secretaria do programa, no prazo máximo de 72 horas, a ata do exame de qualificação assinada pelos membros da banca examinadora e por ele próprio.

**Art. 49º.** Caso o pós-graduando, até o final do terceiro semestre em que estiver matriculado, não tenha apresentado ou obtido aprovação no exame de qualificação, seu nome será submetido ao colegiado, no início do **quarto** semestre, **para** deliberação sobre seu desligamento do programa.

**Art. 50º.** Mediante solicitação do mestrando e justificativa do orientador, o colegiado pode estipular um prazo de 60 dias para apresentar o exame de qualificação, que não poderá mais ser prorrogado.

## Seção II – Da dissertação

**Art. 51º.** Após o cumprimento dos requisitos da estrutura acadêmica do PROFQUI, com a autorização do respectivo orientador, o pós-graduando deve solicitar, por meio de requerimento próprio, o exame da dissertação por uma banca examinadora, com prazo mínimo de 30 (trinta) dias até a data do referido exame.

§ 1º - Os componentes da Banca Examinadora e seus suplentes deverão ser homologados pela Coordenação do Programa.

§ 2º - A banca examinadora da dissertação deve ser composta de, no mínimo, 03 (três) membros efetivos, todos com o título mínimo de Doutor e o orientador como presidente. No mínimo, um dos três membros efetivos deverá ser externo à UFRN.

§ 3º - Na composição das bancas examinadoras de dissertação é obrigatória a presença de, pelo menos, um examinador externo à UFRN, portador de título de doutor ou equivalente.

§ 4º - Excepcionalmente, existindo um co-orientador indicado nos termos deste Regulamento, este poderá substituir o orientador, na banca examinadora.

§ 5º - É permitida a participação de membros da banca de exames de qualificação e defesas de dissertação através de webconferência, desde que devidamente registrado em ata.

**Art. 52º.** Na dissertação de mestrado, o pós-graduando deve demonstrar domínio do tema escolhido, capacidade de pesquisa e sistematização do conhecimento.

**Parágrafo único** - Por se tratar de mestrado profissional, a dissertação deve contemplar o processo de obtenção do produto, os resultados de conhecimentos aplicados e o produto em si.

**Art. 53º.** O julgamento será expresso pelos examinadores como:

I - reprovado, por unanimidade ou pela maioria dos membros da Banca;

II - aprovado, por unanimidade ou pela maioria dos membros da Banca.

**Art. 54º.** Em qualquer fase de elaboração da dissertação, o pós-graduando será desligado do programa se for verificada a ocorrência de plágio, conforme disposto na legislação vigente.

### Seção III - Homologação da dissertação

**Art. 55º.** Havendo aprovação da dissertação condicionada à reformulação e constando da ata de defesa a referida exigência, o pós-graduando aprovado terá 45 (quarenta e cinco) dias para realizá-la e entregar à secretaria do Programa a versão final com a anuência do orientador.

§ 1º - Para emissão do diploma, o pós-graduando deverá solicitar no prazo máximo de 03 (três) meses, após a defesa do trabalho de conclusão, a certidão negativa do sistema de bibliotecas da UFRN e o termo de autorização para publicação de teses e dissertações na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações – BDTD.

§ 2º - O processo de homologação da dissertação será encaminhado pela coordenação do programa, contendo os seguintes documentos gerados pelo sistema oficial de registro e controle acadêmico:

- I – versão final da dissertação em formato digital conforme normas da BDTD;
- II – termo de autorização para publicação de teses e dissertações na BDTD;
- III – histórico escolar;
- IV – ata da sessão de defesa da dissertação, assinada por todos os membros da banca e pelo candidato;
- V – certidão negativa do sistema de bibliotecas da UFRN;
- VI – formulário de solicitação para emissão do diploma;
- VII – cópia digitalizada de documento de identificação com foto.

### Seção IV - Da obtenção do grau acadêmico e diploma

**Art. 56º.** Para obtenção do grau de mestre, o aluno deve satisfazer às seguintes exigências:

- I – contabilizar em componentes curriculares de pós-graduação a carga horária mínima exigida de créditos, com coeficiente de rendimento mínimo 3,5 (três vírgula cinco);
- II – ser aprovado em exame de proficiência em uma língua estrangeira;
- III – ser aprovado em exame de qualificação;
- IV – apresentar a dissertação perante banca examinadora, devendo obter a aprovação;

V – obter homologação do processo de emissão do diploma, efetuada pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação.

**Art. 57º.** O diploma e documentos comprobatórios de conclusão do curso somente serão fornecidos após o cumprimento das exigências previstas no artigo 56º.

**Parágrafo único.** Os diplomas de que trata este artigo serão registrados no setor competente da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, de acordo com as normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação - CNE.

20

## TÍTULO VI – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 58º.** Os casos omissos no presente Regimento serão resolvidos pelo Colegiado, baseado nas normas legais da UFRN (Resolução nº 197/2013 - CONSEPE, de 10 de dezembro de 2013).